



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 2.583, DE 2020

Institui a Estratégia Nacional de Saúde objetivando estabelecer uma estratégia nacional para incentivo às indústrias nacionais que produzam itens essenciais ao sistema de saúde nacional, bem como a pesquisa e desenvolvimento de produtos, insumos, medicamentos e materiais, com vistas a dar autonomia ao nosso país quanto a produção destes itens.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se ao inciso II do art. 3º, do Projeto de Lei nº 2.583, de 2020, a seguinte redação:

“Art. 3º

II - ter no País a sede, filial ou subsidiária, além de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação;

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Uma política industrial moderna não deve fazer distinção de origem de capital, se nacional ou estrangeiro, principalmente em momentos de crise econômica e social. Pelo contrário, deve atrair investimentos, bem como conhecimentos e mão-de-obra qualificada, a fim de incentivar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de promover a transferência de

Apresentação: 26/04/2021 17:06 - CSSF
EMC 1 CSSF => PL 2583/2020

EMC n.1



* C D 2 1 1 7 0 7 9 7 2 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DA DEPUTADA ADRIANA VENTURA – NOVO/SP

tecnologias para o país, visto a defasagem tecnológica do Brasil frente a países desenvolvidos.

Considerando a realidade brasileira, é ilusório pensar na criação, estruturação, manutenção e no sucesso de um parque fabril nacional, que realize pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos, dispositivos médicos, medicamentos e matérias-primas correlatas sem que haja participação de investimento estrangeiro, tanto em recursos financeiros, humanos ou tecnológicos.

Ademais, em médio e longo prazos, a adoção de medidas protecionistas poderá deixar o Brasil “ilhado” e novamente de fora das grandes e importantes cadeias globais do setor saúde, significando defasagem tecnológica, restrição de acesso a mercados e dependência externa para aquisição de produtos de mais alta tecnologia.

Destaque-se ainda que tais medidas solapam as garantias de livre mercado estabelecidas pela Lei nº 13.874/2019, a chamada Lei da Liberdade Econômica, e vai de encontro aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência ao estabelecer distinção de tratamento às empresas estabelecidas no país.

A exigência para que a empresa tenha estabelecimento industrial no país já está contemplada no inciso III.

Diante da importância da matéria em tela e da necessidade de tomada de decisões racionais que surtam efeitos verdadeiramente positivos e duradouros, espero contar com o apoio dos nobres pares para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada ADRIANA VENTURA
NOVO/SP

